



A retradução do património religioso num pequeno ponto do mundo: o caso do Diário dos Açores

Retranslations of religious heritage in a small place in the world: a case study of Diário dos Açores

Márcia Dias Sousa*

Resumo: Os Açores representam uma das comunidades portuguesas de tradição católica. Estando geograficamente mais distante do centro da fé do que, por exemplo, o território continental português, pode-se entendê-la como uma pequena parcela de um polissistema cultural. Essa dicotomia faz colocar a questão: de que modo o património religioso global se faz perpetuar nessa região em particular? Em concreto, procurar-se-á identificar que postulados e ações do Papa Francisco foram mencionados em artigos de opinião da imprensa regional. Tal permitirá inferir que mensagens dessa voz de importância mundial surtiram impacto nesse contexto específico, o ponto de ser reescritas por leigos nas respectivas análises da realidade contemporânea, assim contribuindo para a preservação do património religioso. Procurar-se-á aferir se um evento de relevância internacional, como a visita de Francisco à ONU, a 25 de setembro de 2015, poderá ter tido influência na retradução dos cronistas. O Diário dos Açores servirá de corpus de análise.

Palavras-chave: Papa Francisco. Memória coletiva. Intertextualidade. Retradução. Património cultural religioso.

Abstract: The Azores represents a community within the Catholic tradition. Since it is farther from the heart of the Catholic faith than, for instance, mainland Portugal, we can see it as a small portion of a cultural polysystem. This dichotomy leads one to wonder: how does global religious heritage resonate in this particular region of the world? We will seek to identify which of Pope Francis's ideals and actions were mentioned in opinion pieces published in the regional press. This will allow inferring which of the messages promoted by this worldwide voice have had such an impact in this specific context that they were rewritten by laymen in their respective analysis of contemporary issues, thus contributing to preserve religious heritage. We will try to understand whether the Pope's visit to the UN (September 25th, 2015) could have influenced the columnists' retranslation. The corpus will be taken from Diário dos Açores.

Keywords: Pope Francis. Collective memory. Intertextuality. Retranslation. Cultural religious heritage.

Introdução

A Teoria dos Polissistemas, formulada por Itamar Even-Zohar [1990 (1978)] para a esfera da literatura traduzida, mostra-se útil para a compreensão de como a vida em sociedade pode ser moldada por uma multiplicidade de cruzamentos entre diversas esferas independentes, pertencentes a um mesmo agregado cultural. Even-Zohar considera que a tradução é um sistema autónomo dentro do polissistema literário e que a maior

* Candidata a doutoramento em Estudos de Tradução pela Universidade Católica Portuguesa e investigadora júnior do Centro de Estudos de Comunicação e Cultura (CECC). E-mail: marciatdbsousa@gmail.com

ou menor importância atribuída à tradução de obras estrangeiras num dado momento do tempo não só resulta de um conjunto de circunstâncias existentes *a priori* (como seja a escassez de títulos publicados sobre um dado tema por parte dos autores nacionais), como irá determinar *a posteriori* um posicionamento mais ou menos periférico da literatura traduzida no seio do polissistema (por exemplo, no caso apresentado, a tradução assumirá uma posição central, porque necessária ao mercado literário – *ibid.*, pp. 46-47). Seguindo-se o mesmo raciocínio, poder-se-á considerar o sistema religioso como uma parte do polissistema da “cultura universal” [um termo de Bakhtin – cf. 1997 (1979), p. 167], coexistindo com sistemas como o político, o econômico, o ambiental e o social, entre outros. Todos possuem um conjunto de normas e de princípios de conduta próprios que norteiam os cidadãos. Todavia, não existem separados; antes, se inter-relacionam continuamente. Neste estudo, pretende-se compreender quais de entre as causas do pontificado de Francisco foram veiculadas por membros da comunidade leiga através de artigos de opinião publicados na imprensa açoriana. Desse modo, interessa perceber o cruzamento entre o sistema religioso, em geral, e um subsistema particular da sociedade civil da tradição católica. Ou seja, ir-se-á relacionar a “grande voz” do Papa à escala global com uma realidade cultural geograficamente distante do centro do catolicismo e marcada por uma condição de insularidade – daí que seja considerada neste estudo um “pequeno ponto no mundo”. Por “eco” procurar-se-á representar a lógica inerente à transferência de um legado cultural de uma entidade central para outras restritas, concentrando-se a análise na comunidade de tradição católica dos Açores e no processo de retransmissão dos princípios veiculados pelo Santo Padre, ocorrido neste contexto por meio da imprensa.

Isabel Vasco Costa (2015a, 2015b) e José Gabriel Ávila (2015a, 2015b) foram os cronistas selecionados. De origens e com percursos de vida distintos, partilham o fato de ser da mesma geração e de considerar os preceitos da Igreja como bases fundamentais à necessária reorientação do ser humano face à evolução social. Entre 15 de setembro e 15 de outubro de 2015, verifica-se que ambos publicaram dois artigos de opinião no jornal *Diário dos Açores*, exatamente nas mesmas datas – 19 de setembro e 10 de outubro – e que em ambos recorreram à memória coletiva da Igreja Católica para fundamentar os seus pontos de vista. Contudo, no intervalo de tempo entre um e outro artigo, o Papa Francisco proferiu um discurso na sede das Nações Unidas. Por tal fato, entende-se ser pertinente procurar aferir: (i) em que medida dois cronistas de um mesmo jornal, que costumam incluir assuntos da esfera religiosa nos seus escritos e que os dirigem ao mesmo conjunto de leitores, se aproximaram ou se afastaram em termos de identificação com as mensagens pontifícias, bem como no modo de retransmissão das mesmas? (ii) Em que medida um evento de grande relevância internacional como a visita oficial do Santo Padre à ONU, que aconteceu no tempo presente da redação do segundo artigo, poderá ter tido influência nas opções dos cronistas? Pretende-se desenvolver um estudo interdisciplinar, aplicando-se postulados dos estudos de tradução a um objeto de investigação afeto ao campo da religião.

A importância da memória coletiva na adaptação a um mundo em mudança

[A] memória individual existe, mas ela está enraizada dentro dos quadros diversos que a simultaneidade ou a contingência reaproxima momentaneamente. A rememoração pessoal situa-se na encruzilhada das malhas de solidariedades múltiplas dentro das quais estamos engajados. Nada escapa à trama sincr[ô]nica da existência social atual, e é da combinação destes diversos elementos que pode emergir esta forma que chamamos de lembrança, porque traduzimos em uma linguagem. (Duvignaud apud Halbwachs, 1990 [1950], p. V)

Apesar de já datada, esta afirmação de Jean Duvignaud exprime bem como os fatos passados fazem, inevitavelmente, parte do ser humano. Com efeito, é na encruzilhada das várias memórias que se processa a vida em sociedade: por um lado, as de nível pessoal, que resultam das experiências próprias de cada um; por outro, as do foro coletivo, que remetem para um tempo anterior e sobre as quais se alicerça a comunidade à qual se pertence. Seguindo a linha de pensamento de Maurice Halbwachs, as várias esferas da vida em sociedade – desde a religião até à política – transportam consigo “dimensões temporais” (‘históricas’) que são igualmente projeções para o passado ou para o futuro” (Duvignaud apud Halbwachs, 1990 [1950], pp. vi-vii). É, portanto, numa linha contínua entre passado, presente e futuro que o indivíduo interage. Nesse processo, o legado cultural serve-lhe quer para definir um enquadramento moral de base, à luz do qual poderá encarar o mundo, quer para saber como se adaptar à evolução dos tempos, reagindo em face de novas realidades em consonância com as formas de ser e de estar socialmente convencionadas e partilhadas. Como explica Alfredo Teixeira, se entendermos o conceito “religião” como um “tornar a fazer”, i.e. um modo de “retomar os elementos e sinais disponíveis com vista a uma reflexão”, estaremos “perante um comportamento humano que procura um caminho seguro voltando atrás, procurando a confirmação em sinais, textos ou palavras já conhecidos” (Teixeira, 2017, p. 38).

O que está em causa na recuperação da tradição é, portanto, uma busca de segurança. Ela implica, por um lado, uma credibilidade no passado a um nível que vai muito além do plano físico (existencial), antes se suportando na crença e na fé (no plano espiritual); por outro, pressupõe um sentido de continuidade, na medida em que o indivíduo readapta o legado (passado) na tentativa de conseguir “encontrar-se” e “orientar-se” em cada momento (presente), criando assim bases para prosseguir o seu caminho (futuro). A memória coletiva extravasa, assim, quaisquer barreiras de tempo e de espaço (Halbwachs, 1990 [1950], p. 59).

A comunicação do património cultural representado pela religião

Entender a religião como um património implica olhar para os postulados da fé numa lógica de “recuperação, preservação e institucionalização de memórias, selecionando bens culturais e transmitindo legados” (Teixeira, 2017, p. 42). Entendê-la como tendo um cariz cultural implica considerá-la uma expressão da essência dos grupos humanos, num processo que implica uma “transformação do valor dos elementos

culturais, perseguindo permanências em contextos de mudança” (ibid.) As manifestações do legado cristão não têm de estar, necessariamente, circunscritas aos textos basilares da História da Igreja, num passado distante. Pelo contrário, a continuidade inerente à transmissão geracional da memória coletiva impõe uma atenção às trajetórias do religioso ao longo do tempo. Segundo Niklas Luhmann, “a religião é sempre uma realidade com dois lados: um lado interno, no qual a comunicação do religioso, por assim dizer, ‘vale por si própria’, e um lado externo [...] no qual existem diferentes possibilidades de comunicação” (Luhmann, 2013, p. 120, tradução minha). Assim, tanto poderá ser considerado exemplo desse patrimônio um discurso pontifício proferido numa ocasião formal, um documento redigido pelos Papas ou a Bíblia, como a transmissão dos valores do catolicismo no seio da família ou nos meios de comunicação social. O legado persiste em qualquer um dos casos – como defende Luhmann:

Existe comunicação do religioso quando se fala de onipotência ou de coisas sagradas e quando as ações são visivelmente tomadas em nome das mesmas. Também existe quando os indivíduos falam das suas próprias experiências religiosas, fazendo uso da sua autenticidade “in-dividual”. Se a identidade de referência e a reverberação [das mensagens] estão garantidas, a comunicação do religioso pode ocorrer plenamente sem regras e sem motivos ou propósitos predeterminados (Luhmann, 2013, p. 120, tradução minha).

Os artigos de opinião publicados na imprensa que eventualmente versem sobre princípios da fé, causas pontifícias, ou que relatem experiências pessoais associadas à esfera religiosa integrarão esse segundo grupo. É uma forma de pessoas “comuns” usufruírem de um recurso ao seu alcance para falar dos temas da contemporaneidade que merecem maior reflexão da sua parte de um modo fundamentado. Fazem-no livremente (“plenamente”) quer mediante referências diretas à memória coletiva, quer de modo implícito – ou seja, “sem regras”. Tal vai ao encontro da consideração de Danièle Hervieu-Léger, para quem “a memória religiosa coletiva está constantemente sujeita a processos de construção, de tal modo que o passado enraizado nos eventos históricos mais próprios possa ser resgatado a qualquer momento e assumir-se como um todo de sentido” (Hervieu-Léger, 2000 [1993], p. 124, tradução minha). A procura de sustento das experiências do presente nos “eventos fundamentais” da tradição faz com que “o passado [seja] constituído simbolicamente como um todo imutável, situado ‘fora do tempo’, i.e., para lá da História” (ibid.). A esse parecer, pode-se acrescentar o de Maurice Halbwachs, que defende que a memória de uma sociedade não se extingue por completo nem abruptamente “à medida [que os] seus membros individuais, sobretudo os mais velhos, [vão desaparecendo] ou se [vão isolando]”; antes, “não cessa de se transformar, e o grupo, ele próprio, muda sem cessar” (Halbwachs, 1990 [1950], p. 59). É, por isso, difícil afirmar se (e quando) uma memória coletiva deixou, definitivamente, de existir, uma vez que, como prossegue Halbwachs, “basta que se conserve numa parte limitada do corpo social, para que possamos encontrá-la sempre ali” (ibid.) – ou seja, viva.

A esfera da tradução ao serviço da continuidade da tradição

No domínio dos estudos de tradução, a noção de vida – ou de sobrevivida – está particularmente associada a Walter Benjamin. Serve de referência a seguinte passagem:

A história das grandes obras de arte conhece a sua descendência das fontes, a sua configuração estética na época do artista e o período da sua sobrevivida, por princípio eterna, nas gerações subsequentes. A esta vida póstuma, sempre que vem à luz do dia, chama-se fama. As traduções, que são mais do que meios de transmissão de conteúdos nascem quando, na sobrevivida de uma obra, esta atinge o seu período áureo. Por isso, elas não servem apenas a obra, como os maus tradutores costumam reclamar para o seu trabalho, mas devem-lhe antes a sua própria existência. Nelas, a vida do original alcança o seu desenvolvimento último, mais amplo e sempre renovado (Benjamin, 2015 [1923], p. 94).

Esse argumento de Walter Benjamin, de que a (boa) tradução é fundamental à posteridade de uma (grande) obra, pode ser transposto para o campo religioso: para Benjamin, traduzir é um procedimento fundamental para que uma obra atinja o seu auge, porque só no decorrer da sua existência – depois de ser lida e (re)interpretada – o seu conteúdo pode ser devidamente apreendido. Do mesmo modo, na transmissão do património que é a religião, a constante recuperação da memória coletiva para as gerações seguintes tem como principal resultado um reavivar dos valores fundamentais junto dos crentes, sem prejuízo de eventuais formas de reajustamento da religiosidade “à sua maneira” (Hervieu-Léger, 2008, p. 43). Assim, a probabilidade de que a tradição persista como marco identitário de um indivíduo e de uma comunidade e sirva de base para as ações e visões dos mesmos em momentos futuros será tanto maior, porque se terá promovido “o seu desenvolvimento último”, i.e., a devida interpretação dos princípios da fé à luz de um tempo e de um lugar específico e, assim, o sentido identitário característico da linhagem crente. Com efeito, para que haja, de fato, uma perpetuação da herança numa comunidade, é fundamental existir uma identificação dos receptores com os valores e com a própria instituição de base (no caso, a Igreja Católica). O desenvolvimento de um sentimento de “nós” é um fator basilar para que se constitua uma linhagem crente, posto que “não há religião sem que seja invocada, como fundamento do ato de crer, a autoridade de uma tradição” (Teixeira, 2017, p. 39).

A questão da transmissão do património religioso deve, por isso, ser abordada segundo uma perspectiva cultural. Com efeito, a “viragem cultural” que, quer a esfera da tradução, quer a da religião vieram a conhecer em meados do século XX (cf. Morgan, 2008; Bassnett, 2014) fez com que o respectivo espectro de investigação se alargasse e se promovesse a consciência de que os processos de produção-recepção dos conteúdos envolvem, necessariamente, fatores de índole contextual. A religião é hoje entendida como um agente de mediação no seio de uma cultura (Morgan, 2008, p. xiv), tal como a tradução é um meio facilitador da inter-relação entre agentes culturalmente distantes, que possibilita um (bom) entendimento do Outro pelo Eu (Bassnett, 2014, pp. 15, 35-36). As duas esferas partilham também o fato de se exercerem numa lógica de continuidade, posto que um texto traduzido, sendo uma reescrita de um texto previamente existente, não só se sustenta num legado (a versão de partida), como o transporta para um outro tempo e um outro lugar (Lefevere, 1992). Fá-lo em conformidade com os propósitos pretendidos à chegada – i.e., com as exigências do presente – e, no final, providencia a sobrevivida do mesmo (Benjamin, 2015 [1923]).

Para Theo Hermans, a tradução é, acima de tudo, a expressão de um comportamento interativo desenvolvido em sociedade, no qual existe um certo grau de “coordenação

interpessoal” entre os participantes (Hermans, 1996, p. 28). Assim, traduzir é uma comunicação entre um emissor e um (ou mais) receptor(es) mediante formas concretas de discurso, diretamente associadas num contexto de tempo e de espaço particular (Hermans, 2009 [1999], p. 20). Utilizando o campo religioso como exemplo, e assumindo como manifestação deste gênero de patrimônio cultural um documento oficial da Santa Sé – como seja um discurso papal ou uma encíclica – constata-se, em primeiro lugar, que contém referências à História da Igreja: excertos da Bíblia, princípios fundamentais da fé ou postulados de entidades eclesiais e/ou de outras personalidades ligadas à religião. No momento em que um pontífice inclui tais heranças nos seus textos, age no sentido de as dar a conhecer à população que lhe é contemporânea – i.e., de comunicá-las. Contudo, tal ato discursivo vai mais além do que (simplesmente) comunicar, na medida em que, na realidade, o Papa está a tornar suas as mensagens da Igreja – logo, está a traduzi-las, reescrevendo-as com um novo propósito. Na mesma linha de pensamento, uma eventual recolha de tais palavras pontificias e uma nova apresentação das mesmas noutros contextos discursivos – como seja na comunicação social – será o exercício de uma retradução deste mesmo legado. No final, a conjugação de ambos os processos eleva a capacidade de sobrevivência e de perpetuação dos valores históricos fundamentais das gerações atuais para as seguintes, assim como comprova a existência de um sentido sólido de identificação com a linhagem crente católica.

Modos de fazer ecoar o legado cultural

Segundo Andrew Chesterman, qualquer forma de escrever é um ato de tradução, pois em causa está a atribuição de sentido a palavras. Traduzir está inclusive na compreensão dos discursos comuns do quotidiano, visto que, “muitas vezes, temos de parafrasear palavras de outra pessoa nas nossas próprias mentes, de forma a conseguirmos [percebê-las]” (Chesterman, 1997, p. 13, tradução minha). Nos estudos de tradução, essa perspetiva tem sido abordada como uma forma de intertextualidade – i.e., de um diálogo que um texto estabelece com outros (Fairclough, 2004 [2003], p. 17). O argumento-chave é o de que não existem textos originais; antes, todos derivam de outros textos. Como diz Chesterman: “os autores não criam os seus próprios textos, mas tomam por empréstimo e combinam elementos de outros, ligando-os na estrutura textual global” (Chesterman, 1997, p. 13, tradução minha).

No entender de Vítor Aguiar e Silva (1967, p. 593), um conteúdo reproduzido é “uma tessitura polifônica, na qual confluem, se entrecruzam, se metamorfoseiam, se corroboram ou se contestam outros textos, outras vozes e outras consciências”. Contudo, a forma como se faz soar todas as referências “em uníssono” parte, antes de mais, de uma seleção específica de certos excertos ou de certos pontos de vista (ao invés de outros). Tais opções são, habitualmente, o resultado de um conjunto global de decisões com vista a encontrar a forma mais apropriada de reescrever o conteúdo de partida. O conhecimento dos recetores expectáveis tende a ser determinante a esse nível, posto que a recepção é uma etapa elementar à definição do propósito comunicativo, assim como à sua prossecução (Chesterman, 1997, p. 107). Não obstante, de primordial

importância para a escolha do que será ou não comunicado são os fatores de índole cultural, mais concretamente do “paradoxo histórico-estético” (Silva, 1967, p. 596): a capacidade de o texto de chegada “produzir, diacrônica e sincronicamente, múltiplos e novos significados, com a singular riqueza formal e semântica da *memória*” – que, no caso, será religiosa e coletiva –, a qual está “indissolivelmente vinculada à memória do sistema linguístico” (ibid.).

O modo como um texto se faz apresentar é de extremo valor para se compreender, em primeira instância, como as mensagens que serviram foram interpretadas e, em segunda, com que propósito foram reescritas. A organização dialógica de todos os intertextos ou discursos selecionados, a par da própria voz do interlocutor, denuncia, mais do que opções formais, escolhas de ordem semântica (Fairclough, 1995, p. 18). Isso significa que o uso que se faz das palavras e dos ideais recolhidos é determinado pelos propósitos comunicativos que o interlocutor pretende alcançar, sendo, por isso, certo que o sentido que um texto possa ter num dado contexto de chegada será necessariamente diferente do assumido à partida (Chesterman, 1997, p. 14). Os artigos de opinião publicados na imprensa são particularmente relevantes a este nível, por ser um “gênero jornalístico que oferece uma grande liberdade ao autor”, quer no que concerne à apresentação de “reflexões sobre a atualidade”, quer de “tomadas de posição e chamadas de atenção muitas vezes pessoais” (Martin-Lagardette, 1998 [1987], p. 67). No que concerne à investigação, essa liberdade criativa eleva a potencialidade de se encontrarem reflexos da memória coletiva nos escritos dos cronistas, não só nas opções lexicais e nos conteúdos selecionados de fontes previamente existentes, mas, igualmente, na forma como organizam as vozes exteriores e as apresentam no seu discurso – por exemplo, por meio de citações ou de alusões (Genette, 1982, p. 2)¹. É essa a principal mais-valia que os artigos de opinião publicados na imprensa diária evidenciam para o desenvolvimento deste estudo.

A análise textual

O contexto de partida: o legado cristão nas palavras de Francisco

A 8 de setembro de 2015, antes de visitar as Nações Unidas, o Papa Francisco concedeu uma entrevista exclusiva à Rádio Renascença. À pergunta da jornalista Aura Miguel sobre como estava a encarar a crise dos refugiados que, na altura, começava a marcar a atualidade internacional, o Santo Padre afirmou:

É a ponta de um icebergue. Vemos estes refugiados, esta pobre gente que escapa da guerra, que escapa da fome, mas essa é a ponta do icebergue. Porque debaixo dele está a causa; e a causa é um sistema socioeconómico mau e injusto, porque dentro de um sistema económico, dentro de tudo, dentro do mundo – falando do problema

1 Não se considerará a estratégia plágio (“plagiat”) indicada por Gérard Genette (1982) como uma das formas de manifestação prática de intertextualidade. Isto porque os conteúdos em questão dizem respeito a um conjunto de princípios morais que serviram de referência aos autores, tendo sido transmitidos ora com base em consultas bibliográficas (tratando-se, por isso, de citações), ora por recurso aos valores inculcados na memória individual (logo, casos de alusão ao património cultural religioso).

ecológico –, dentro da sociedade socioeconômica, dentro da política, o centro tem de ser sempre a pessoa. E o sistema econômico dominante, atualmente, descentrou a pessoa, colocando no centro o deus dinheiro, que é o ídolo da moda (Miguel, 2017, pp. 95-96).

Nessa resposta estão patentes algumas das causas que mais têm marcado a missão pontifícia de Francisco: por um lado, a defesa dos mais carenciados e o apelo à defesa do meio ambiente; por outro, a condenação de um sistema político-econômico desequilibrado e egocêntrico, a par de um repúdio pela “moda” capitalista e a idolatria do “deus dinheiro” (ao invés do “Deus único”, como designado por Régis Debray [2002]). Todas elas fazem parte, antes mais, dos princípios cristãos, estando expressas na própria Bíblia – como, por exemplo, nesta passagem do livro de Ezequiel:

Se alguém é justo, observa o direito e a justiça, não come nos lugares altos, não levanta os olhos para os ídolos da casa de Israel [...] não oprime ninguém, restitui o que recebeu em fianças, não comete furtos, distribui pão aos famintos, cobre o nu; não empresta dinheiro com usura e não recebe juros, afasta a mão do mal e julga entre os homens segundo a verdade; se segue as minhas leis e observa os meus preceitos, tal homem é verdadeiramente justo e viverá (Ez 18, 5.9).

Para além dessas, outras realidades do mundo contemporâneo têm merecido uma atenção especial do Papa Francisco desde o início do seu pontificado, em março de 2013. É o caso de assuntos afetos à esfera familiar, como o matrimônio, tendo a declaração de nulidade sido alvo de uma reforma em resultado do “ingente número de fiéis que, embora desejando prover à sua própria consciência, muitas vezes foram afastados das estruturas jurídicas da Igreja por causa da distância física ou moral” (PP. Francisco, 2015d, p. 02). Esse é um exemplo de como a Igreja se tenta adaptar continuamente aos vários estágios de evolução humana, “adquirindo uma consciência mais clara das palavras de Cristo” e fazendo com que “a disciplina eclesial [seja] cada vez mais coerente com a verdade da fé professada” (ibid., p. 01). Ao mesmo tempo, é uma forma de exercício do seu papel de mãe dotada de um sentido de caridade e de misericórdia, assim “se [tornando] próxima dos filhos que se consideram separados” (ibid., p. 02). Esse esforço de traduzir o patrimônio religioso em conformidade com a era contemporânea também se verifica noutros documentos oficiais redigidos pelo Papa Francisco até ao final do período definido para esta investigação², notando-se uma prevalência de iniciativas do Santo Padre no sentido de atualizar o *modus operandi* da Igreja na era contemporânea, por exemplo, pela instituição da Secretaria para a Comunicação (id., 2015c), pela definição de novas formas de anúncio do Evangelho (id., 2013d), pelo esclarecimento quanto a assuntos relacionados com a gestão financeira da Santa Sé (id., 2013c, 2014a) ou pela apresentação de medidas de combate a alguns dos flagelos marcantes da vida internacional (id., 2013b), entre outras iniciativas (cf. 2013a, 2015e). Na sede das Nações Unidas, o Papa também se referiu a assuntos de impacto global, entre os quais a necessidade de implementação de estratégias em prol da defesa

2 De entre os vários documentos pontifícios, considerou-se apenas aqueles que são, habitualmente, comunicados e tornados acessíveis à comunidade leiga.

da paz mundial, como o Tratado de Não-proliferação de Armas Nucleares, assim como de fazer face a outros conflitos tendencialmente silenciados, mas igualmente nefastos, como o tráfico de droga e a corrupção generalizada inerente ao mesmo (cf. id., 2015f).

A análise que se irá apresentar em seguida procurará identificar quais de entre essas várias causas e assuntos abordados pelo Santo Padre mais se fizeram sentir entre os cronistas colaboradores no *Diário dos Açores*, tendo feito eco com as suas próprias visões sobre o mundo, bem como sido ecoados nos respetivos espaços na imprensa.

*O contexto de chegada: os artigos de opinião publicados no Diário dos Açores*³

O *Diário dos Açores* foi criado em 1870 com o intuito de introduzir um novo modelo da imprensa periódica no arquipélago. Para o efeito, baseou-se no *Diário de Notícias*, inaugurado cinco anos antes na cidade de Lisboa (Moscatel, 2002). Foi o primeiro quotidiano do arquipélago açoriano, tendo assumido um importante papel “num meio caracterizado pelo analfabetismo” e “pela dificuldade de circulação de informação, de pessoas e bens” imposta pela insularidade: o de levar aos cidadãos “mal a ela tivesse acesso, a informação do mundo” (ibid.), bem como de permitir o contato com importantes vultos a nível nacional e também regional⁴. Como diz Ana Moscatel:

Pela inovação que trouxe à forma e conteúdo do jornalismo que se fazia em finais do século XIX, o *Diário dos Açores* pode ser considerado como uma revolução. Revolução na técnica e no espírito jornalístico da época, trazendo nas suas linhas e periodicidade o germen de um novo estilo que libertaria a imprensa que se fazia na região dos moldes antiquados em que operava [...] Através do *Diário dos Açores* chegaram a S. Miguel os escritos da “Geração de 70” e nele se desenvolveram e revelaram muitas das grandes personalidades da literatura e do jornalismo (Moscatel, 2002).

É a historicidade e o intento do *Diário dos Açores* de ser uma “publicação noticiosa de instrução e de recreio”, tal como havia sido definido pelo seu fundador Manuel Tavares de Resende (ibid.), que justificam a escolha deste jornal como *corpus* de análise. Já a seleção do gênero específico dos artigos de opinião se prende com uma vontade de fazer justiça ao passado desse jornal: o fato de os artigos selecionados serem da autoria de dois colaboradores habituais, que, à semelhança do que acontecera nos primórdios deste diário, contribuem para o fomento entre os leitores de uma pluralidade de perspetivas sobre a sociedade contemporânea – sobretudo porque José Gabriel Ávila é açoriano e, como tal, transmite uma visão dos assuntos a partir “de dentro”; e Isabel Vasco Costa, vivendo no continente português, apresenta um olhar “de fora”. Ao mesmo tempo, também se considera que o fato de ambos os cronistas incluírem intertextos (Genette, 1982) da tradição religiosa nas suas considerações sobre a realidade que os rodeia é,

3 De entre os vários documentos pontifícios, considerou-se apenas aqueles que são, habitualmente, comunicados e tornados acessíveis à comunidade leiga.

4 Ainda hoje, este jornal conta entre os seus principais colaboradores com figuras de renome na sociedade açoriana. É o caso do antigo professor Rubens de Almeida Pavão, em cujos artigos dá a conhecer episódios da História mais ou menos recente do arquipélago (vide: http://www.diariodosacores.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=8875:a-proposito-da-publicacao-da-antiga-seccao-3-4-de-seculo&catid=24&Itemid=150)

acima de tudo, um trabalho orientado para o futuro, na medida em que não apenas reforçam a permanência do patrimônio num contexto de mudança, como fornecem bases para futuras reverberações. Desse modo, este *corpus* mostra-se favorável para se atender à lógica de perpetuação da memória coletiva sobre a qual esta investigação assenta – uma noção que está patente nas palavras proferidas por Basílio José Dias por ocasião do centenário deste jornal: “Mas repara bem em ti, olha para trás e também para nós, repara nas obras de que foste cabouqueiro, construtor e arquitecto. Tens pergaminhos. Não os podes perder” (in Moscatel, 2002).

Isabel Vasco Costa (Lisboa, 1945)

- “A Homilia” (Diário dos Açores, 19.09.2015)
- “Retoques na Família?” (Diário dos Açores, 10.10.2015)

Num contato especialmente desenvolvido para efeitos deste estudo, Isabel Vasco Costa (2018) descreveu-se como alguém que sempre teve “gosto por ler e escrever” e que, a dado momento, achou que as suas reflexões “poderiam ter interesse em ser partilhadas por um público mais amplo”. Tornou-se, assim, colaboradora regular da imprensa, em particular da regional – e, dentro desta, de jornais açorianos, pelo fato de descender de micalenses. O *Diário dos Açores* foi um dos primeiros jornais com os quais colaborou, por volta de 1990, o que se mantém até hoje⁵. Escreve, habitualmente, sobre temas relacionados com a família e as virtudes humanas, religião, cultura e a atualidade em geral. O interesse sobre o campo concreto da temática religiosa advém, em parte, do fato de um dos seus filhos ser padre e se dedicar, particularmente, ao estudo do ecumenismo e da eclesiologia do Concílio Vaticano II. Segundo diz, tal permite-lhe, “de um modo prático e familiar, sentir de modo mais próximo estes anseios da Igreja”. Além disso, afirma apreciar “a coerência de vida que se manifesta de vários modos nas pessoas com fé” e acredita que o legado religioso não só proporciona “uma maior união entre as várias religiões cristãs”, como “fortalece a identidade única e irrepetível de cada pessoa”. É autora de obras sobre a temática religiosa como *De Mãe para Filha* (1996) e *Ao Toque do Sino* (2007), esta última baseada em entrevistas realizadas a sacerdotes, diocesanos e membros de ordens religiosas.

O seu artigo *A Homilia* (Costa, 2015b) é um exemplo de como os artigos de opinião publicados nos jornais não apenas possibilitam aos cronistas manifestar o seu ponto de vista sobre um determinado assunto, como dão a conhecer um lado mais “intimista”, ao incluírem na narrativa episódios da sua experiência pessoal. NesSe caso concreto, Isabel Vasco Costa recupera uma situação vivida na juventude e é a partir dela que redige o artigo. O tema remete para a prática religiosa – mais precisamente, para a preocupação da personagem do pároco no conto de Alphonse Daudet (2012 [1869]) intitulado *Le Curé*

5 Ao longo do seu percurso, tem colaborado com outros jornais das ilhas açorianas, assim como com a imprensa regional de várias zonas do país. Alguns dos seus artigos foram, também, publicados em jornais de maior expressão, entre os quais o *Diário de Coimbra*, o *Diário de Notícias* e o *Comércio do Porto*. Mais recentemente, começou a colaborar com o *Progresso de Montenegro*, do Brasil.

de Cucugnan (O Cura de Cucugnan) relativamente ao incumprimento do preceito da confissão entre os membros da comunidade a seu cargo (os “cucugnanais”). Recordando a história, transpõe as passagens mais relevantes com um propósito fundamentalmente descritivo e sem pretensões de transmitir referências exatas – o que explica a ausência de citações. Os vestígios do património religioso verificam-se, em primeiro lugar, nas opções lexicais: para além da referência a São Pedro e à Páscoa, o texto apresenta palavras e expressões muito próprias da fé cristã, muitas das quais presentes na própria Bíblia – “igreja”, “almas”, “salvação”, “rebanho”, “Missã”, “pároco/ prior/ sacerdotes”, “pastoral”, “[livro do] céu”, “inferno”, “que se arrependam”, “pecados», “purgatório”, “confessar[-se]”/“confessionário”. O à vontade com que as usa no seu discurso indicia que as terá considerado como bem conhecidas no seio de uma comunidade de tradição católica, como é a açoriana (em particular), assim como a portuguesa (em geral). Está, assim, patente a noção de coletividade característica da herança cultural religiosa. Contudo, a fluência com que vai transpondo o conto de Daudet (um texto literário) para o seu próprio discurso (um artigo de opinião) é especialmente importante no momento em que estabelece um paralelo com a sociedade do seu tempo e com o Papa Francisco – como se verifica no último parágrafo:

Estas recordações surgiram-me com a proximidade do início do ano que o Papa Francisco estipulou que seria o do Jubileu da Misericórdia. Também ele, à semelhança do bom cura de Cucugnan, está a esforçar-se por salvar as pessoas que pertencem ao seu rebanho. E o caminho é o de sempre: que se arrependam e confessem dos seus pecados, de forma a alcançarem de Deus a graça do perdão e de uma efetiva mudança de vida. Esta iniciativa papal será uma oportunidade excelente para paroquianos e párocos se integrem de forma mais empenhada e autêntica na Igreja de Cristo (§ 3).

Não tivesse sido o texto, até aqui, tão claro, precisamente porque baseado num conjunto de lexemas comumente utilizados e partilhados no contexto de chegada, teria sido difícil para os leitores compreender, por exemplo, a comparação do Papa Francisco ao “bom cura de Cucugnan”. As alusões à ação da Igreja, como o Jubileu (Extraordinário) da Misericórdia, também são fundamentais para se entender o sentido implícito na afirmação de que o Santo Padre “[se está a esforçar] por salvar as pessoas que pertencem ao seu rebanho” e para se perceber que o arrependimento e a confissão dos pecados de que fala remetem para uma ação específica deste pontífice, assumida num momento próximo ao do discurso (PP. Francisco, 2015a), e não para uma ideia abstrata, relacionada (somente) com a tradição. A alusão ao futuro verifica-se sobretudo na possibilidade de, pela confissão, “alcançarem de Deus a graça do perdão e de uma efetiva mudança de vida”. Desse modo, as referências ao Papa Francisco e à Igreja apresentadas por Isabel Vasco Costa nesse primeiro artigo remetem, essencialmente, para imagens e conceitos bem instituídos entre os leigos – ou seja, para uma “ortodoxia católica”. No caso concreto do Papa, o retrato foi o de uma entidade de máxima responsabilidade e poder moral, a tal ponto que é capaz de intervir na terra em prol do “seu rebanho”. Infere-se, assim, que para esta cronista o Santo Padre representa uma figura de elevada credibilidade e respeito.

No segundo artigo (Costa, 2015a), verifica-se uma prevalência dessa consideração pelo Papa e a consciência da importância dos preceitos religiosos para a reflexão sobre

a sociedade. No espaço de tempo entre os dois artigos, o Papa havia visitado os EUA e a ONU (a 25 de setembro). Porém, não só não se verifica nenhuma referência a esses eventos, como o tópico ao qual Isabel Vasco Costa associou o patrimônio religioso não fez parte dos assuntos tratados por Francisco perante aquela assembleia. Pelo contrário, em *Retoques na Família?*, e tal como o título indicia, a cronista fala sobre a nova realidade (i.e. os “retoques”) a que ficou sujeita uma das instituições sociais consideradas basilares: a família. Assim como se tem verificado com a Igreja e a escola, a instituição familiar tem vindo a experimentar uma tendência de perda de capacidade de inculcação de valores humanos – dos quais fazem parte os religiosos (Teixeira, 2017, p. 93). As “culpas” podem ser atribuídas ao ritmo frenético do dia-a-dia que tem diminuído o tempo disponível para os membros de um agregado familiar partilharem momentos de convívio com qualidade. Também a vasta oferta de bens de consumo e de opções a vários níveis não só tem feito dispersar as atenções como tem tornado difícil fazer escolhas – por exemplo, no que concerne ao rumo de vida a seguir. Os próprios (inter) relacionamentos estão a tornar-se progressivamente desumanos (porque realizados cada vez mais em plataformas digitais) e “instantâneos” (tão fáceis de criar como de romper). O impacto dessa nova realidade social tende a ser especialmente forte junto dos jovens: por um lado, porque concerne ao modo próprio de ser e de estar das gerações mais novas; por outro, porque se encontram em fase de formação pessoal – ou, como explica o Papa Francisco, por estarem a iniciar a sua caminhada no seu próprio ritmo e com a sua inerente inquietude, sem saberem ao certo por onde vão (Miguel, 2017, pp. 90-93).

É precisamente sobre o conjunto dos mais novos que Isabel Vasco Costa se pronuncia nesse artigo – e também neste se verificam “vestígios” do legado da Igreja Católica (em geral) e do Papa Francisco (em particular). Em traços gerais, a cronista evidencia duas principais preocupações: primeiro, a dúvida de que a maioria possa significar que um jovem é realmente capaz de responder pelas suas ações; segundo, que a falta de maturidade dos jovens de hoje esteja a afetar negativamente o sacramento do matrimônio e, conseqüentemente, o envelhecimento da sociedade. Para ilustrar a primeira apreensão, Isabel Vasco Costa estabelece um contraste entre os direitos civis e os deveres morais – ou, numa outra perspetiva, entre as capacidades adquiridas pelo passar dos anos (logo, uma circunstância que poderemos considerar mundana, exterior) e as competências que advêm da experiência pessoal (do foro espiritual, interior). Esse binômio encontra um paralelo, por exemplo, na seguinte afirmação do Papa Francisco, expressa na carta pela qual anunciou o mote para Encontro Mundial das Famílias, ainda em 2014⁶:

[S]omos chamados a rever o nosso estilo de vida que está sempre exposto ao risco de ser “contagiado” por uma mentalidade mundana — individualista, consumista e hedonista — e a reencontrar sempre a via mestra, para viver e propor a grandeza e a beleza do matrimônio e a alegria de ser e fazer família (PP. Francisco, 2014b, pp. 1-2).

Também se verificam semelhanças com documentos mais antigos do patrimônio religioso: em concreto, os contrastes estabelecidos pela cronista entre a formação humana

6 Este encontro viria a ser celebrado em Filadélfia no ano seguinte, estando o Santo Padre presente nos dois últimos dias, imediatamente após a visita à ONU (i.e., nos dias 26 e 27 de setembro de 2015).

e a formação acadêmica, e o dinheiro (ou, como diz, o “salário mínimo”) e o tempo de vida (§ 2-5) têm paralelo, por exemplo, com a (histórica) defesa da Igreja da procura por uma vida digna, assente numa sabedoria adquirida sobretudo no seio familiar e orientada para as “sendas da justiça”, longe do mal. Esse princípio está patente, por exemplo, na seguinte passagem do livro bíblico dos Provérbios:

[Meu pai] deu-me este conselho: “Que o teu coração conserve as minhas palavras; guarda os meus preceitos e viverás./ Adquire sabedoria, adquire inteligência, não te esqueças nem te desvies dos meus conselhos./ Não abandones a sabedoria e ela te guardará; ama-a e ela te protegerá (...)”/ Eu te instruo no caminho da sabedoria e te encaminho nas sendas da justiça (...)/ Não te desvies nem para a direita, nem para a esquerda e afasta os teus pés do mal (Pr 4, 4.6, 11, 27).

A segunda preocupação está associada à tendência de perda do estatuto tradicional da família como uma “escola natural onde se processa a formação humana” (§ 5). Essa perspectiva é partilhada pela Igreja, nomeadamente por São João Paulo II, que entendia a instituição familiar como o “santuário da vida” (PP. João Paulo II, 1991, p. 32). Seguindo as palavras do antecessor, também o atual Papa tem reforçado o papel central dessa instituição, defendendo-a como “o lugar onde a vida, dom de Deus, pode ser convenientemente acolhida e protegida contra os múltiplos ataques a que está exposta, e pode desenvolver-se segundo as exigências de um crescimento humano autêntico” (PP. Francisco, 2015b, p. 162). Com efeito, essas considerações papais terão “ficado”, de algum modo, no leque de conhecimentos da cronista, uma vez que a sua escolha lexical coincide, em certos casos, com palavras utilizadas nesses mesmos documentos oficiais. É o caso de “ataques” e “vícios” (cf. PP. João Paulo II, 1991, p. 32; PP. Francisco, 2015b, p. 165; 2015d, p. 08), que Isabel Vasco Costa usa para se referir aos constrangimentos que se têm colocado a esta instituição: “a família [...] tem sido alvo de ataques e aliciada para vários vícios” (§ 5). O mesmo se constata na expressão “engenharia social” (§ 6), que remete para “engenho humano” – uma expressão usada pelo Papa João Paulo II precisamente em defesa da família: “[c]ontra a denominada cultura da morte, a família constitui a sede da cultura da vida. O engenho humano parece orientar-se, nesse campo, mais para limitar, suprimir ou anular as fontes da vida [...] do que para defender e criar possibilidades à mesma vida” (PP. João Paulo II, 1991, p. 32). Todavia, na versão de Isabel Vasco Costa, o sentido foi alterado: já não significa as “engenhosas” (i.e., científicas) ações do Homem, às quais se referia este pontífice; antes, refere-se a um conjunto de contornos da vida moderna que a cronista elenca e critica: as competências académicas e profissionais (de formação superior) cada vez mais exigidas pela sociedade. Logo, “engenharia” assume um sentido mais próximo de um ideal socialmente formulado, assim como de uma “manha”, porque implica “retocar” as consequências de tais “ataques” à estabilidade familiar.

Algo ainda mais representativo do modo como a cronista retraduz manifestações do patrimônio religioso está patente na citação (por duas vezes) de uma passagem da Bíblia, que, embora entre aspas, se apresenta parafraseada: em “A família começa no amor, na entrega mútua de um homem e uma mulher até se ‘tornarem numa só carne’. Isto não mudará jamais”, e em “Talvez a expressão ‘numa só carne’ nos ajude a pensar” (§ 7). Com efeito, essa passagem é uma das mais basilares da fé cristã: “e os dois serão

uma só carne” (Gn 2, 24). O fato de ter sido incluída no restante discurso de modo fluente e adaptado ao contexto discursivo apresenta-se como uma característica peculiar da perpetuação da memória coletiva entre os leigos (i.e., de uma cronista para leitores “comuns” do jornal). Ao mesmo tempo, a apresentação dessa passagem entre aspas indicia um “conluio” entre crentes, visto denunciar uma consciência do interlocutor de que o texto de partida está a ser alterado, mas uma probabilidade de ser entendido pelos leitores pelo fato de (em princípio) partilharem o mesmo legado cultural.

Contudo, nesse artigo, Isabel Vasco Costa reflete particularmente sobre o matrimônio – o que justifica o predomínio de palavras como “homem”, “mulher”, “corpo”, “espírito”, “entrega”, “vontade” e “amor”. Em sua opinião, “a humanidade está doente” (no presente) e “corre o risco de definhar” (no futuro) (§ 5), precisamente devido à instabilidade que se instaurou na esfera familiar (num passado recente), em grande parte devido à cada vez maior dificuldade que os jovens demonstram em entregar-se e em comprometer-se, colocando o casamento (e a natalidade) em “crise”. Isto mesmo foi afirmado pelo Papa Francisco, na referida entrevista à Rádio Renascença: “a família está em crise. Os jovens não se casam. Não se casam. Ou então, com esta cultura do provisório, dizem ‘ou vivo junto ou me caso, mas só enquanto dura o amor, depois, tchau...’” (Miguel, 2017, p. 117). Todavia, a celebração desse sacramento remete para os primórdios do cristianismo, quando Deus ordenou ao Homem: “Crescei [e] multiplicai-vos» (Gn 2, 28) – e é por isso que tem sido uma causa especialmente importante da Igreja em prol da salvaguarda do bem-estar das famílias de todo o mundo. Segundo o Papa, o casamento é fundamental para que se possam criar novos agregados familiares e, assim, para que as famílias possam cumprir a sua própria missão de “anunciar ao mundo o amor de Deus” (PP. Francisco, 2014b, p. 1). Isabel Vasco Costa dá a entender que concorda com essa causa, logo quando diz que há “remédios” para o estado enfermo da humanidade, indicando depois as ações que a Igreja tem vindo a desenvolver junto dos “seus filhos” a este nível, entre os quais cursos de orientação familiar e de preparação para o casamento (§ 6).

No que respeita especificamente ao Santo Padre, ao afirmar que “[o] Papa Francisco está atento e a agir” (§ 7), evidencia que é, para si, uma referência também no que concerne à (nova) realidade familiar e nos “retoques” que esta esfera exige nos dias de hoje – mais concretamente, no que concerne à decretação da nulidade de um casamento, que representa, em rigor, uma atualização do patrimônio religioso face à contemporaneidade. No último parágrafo, verifica-se um esforço da cronista em dar a conhecer aos leitores a reforma do Direito Canônico por meio de um discurso claro, fluente e coloquial, sem incluir, novamente, quaisquer referências ao documento oficial pelo qual foi decretada: a carta apostólica *Mitis Iudex Dominus Iesus*, publicada pouco antes da redação desse artigo (cf. PP. Francisco, 2015d). No quadro seguinte, consta uma comparação entre os preceitos oficiais (à partida) e a respetiva versão da cronista (à chegada), especificamente no que diz respeito à declaração dos motivos que podem levar à nulidade de um matrimônio⁷:

7 Pese embora a norma em questão seja relativa ao processo mais breve de decreto da nulidade, é esclarecedora das circunstâncias que, à luz da Igreja, podem ser consideradas para o efeito.

Versão da Santa Sé
(Mitis Iudex Dominus Iesus – a tradição)

Art. 14 § 1. Entre as circunstâncias que podem permitir o tratamento da causa de nulidade do matrimônio através do processo mais breve, segundo os câns. 1683-1687, contam-se, por exemplo: aquela falta de fé que pode gerar a simulação do consentimento ou o erro que determina a vontade, a brevidade da convivência conjugal, o aborto procurado para impedir a procriação, a permanência obstinada numa relação extraconjugal no momento do matrimônio ou imediatamente depois, a ocultação dolosa da esterilidade ou de uma grave doença contagiosa ou de filhos nascidos de uma relação anterior ou de um encarceramento, a causa do matrimônio que seja completamente alheia à vida conjugal ou uma gravidez imprevista da mulher, a violência física infligida para extorquir o consentimento, a falta de uso da razão comprovada através de documentos médicos etc. (pp. 12-13).

Versão de Isabel Vasco Costa
(artigo de opinião – o presente)

Nos casamentos nulos, falha a vontade de amar desde o início. Ambos, ou apenas um deles, não vê o outro como seu próprio corpo, mas apenas como objecto de prazer ou utilidade. O seu espírito escondeu algo. Não se entregou. Não conseguiu formar um só corpo, um só espírito, com o outro. Estão neste caso os casamentos por imposição dos pais (“Caso-me porque engravidei e os pais me obrigam, mas violaste-me e não te quero por marido”); ou aqueles em que houve dolo como esconder a existência de filhos anteriores ao casamento ou uma doença grave. Não se trata, pois, de divórcio.

A versão de chegada indicia ter existido, por parte de Isabel Vasco Costa, um esforço de clarificação do teor da carta apostólica. Sendo um documento relativamente recente na altura desta publicação, poderia não estar ainda bem inculcado no seio da comunidade leiga ou ser, mesmo, desconhecido. Além disso, a forma como retransmite as palavras do Papa, assim como a própria seleção de certos pontos do novo processo canónico em particular, têm como resultado uma clarificação da leitura promovida na versão oficial (redigida num registo formal). Verifica-se, por exemplo, que a cronista expressa o sentido contido em «aquela falta de fé que pode gerar a simulação do consentimento ou o erro que determina a vontade» de um modo mais simples, afirmando que “[n]os casamentos nulos, falha a vontade de amar desde o início”. Complementa, depois, a ideia de “amar”, “desdobrando” o seu sentido com vista a clarificar o motivo primordial da nulidade de um casamento: “Ambos, ou apenas um deles, não vê o outro como seu próprio corpo, mas apenas como objeto de prazer ou utilidade. O seu espírito escondeu algo. Não se entregou. Não conseguiu formar um só corpo, um só espírito, com o outro”. Já na exemplificação dos casos em que se pode considerar a existência de uma tal incompatibilidade, há uma seleção de (apenas) alguns de entre os elencados na carta apostólica em questão: por exemplo, ao que Isabel Vasco Costa apresenta como um argumento de um casamento por imposição (“Caso-me porque engravidei e os pais me obrigam”) pode-se associar a circunstância apontada pelo Papa de que “a causa do matrimônio [é] completamente alheia à vida conjugal ou uma gravidez imprevista da mulher”. Por sua vez, o argumento “mas violaste-me e não te quero por marido” (versão de chegada) pode ser entendido como uma forma mais coloquial de expressar uma “violência física infligida para extorquir o consentimento” (versão de partida). Por fim, “aqueles [casamentos] em que houve dolo como esconder a existência de filhos anteriores ao casamento ou uma doença grave” (versão de chegada) encontra

correspondências com “a ocultação dolosa da esterilidade ou de uma grave doença contagiosa ou de filhos nascidos de uma relação anterior ou de um encarceramento” (versão de partida) – ainda que estejam omissas algumas realidades.

Um outro exemplo de coloquialismo está na reescrita da narrativa tradicional relativa à celebração do matrimônio – como se pode comparar no quadro seguinte:

Versão oficial da Santa Sé (Viver em Cristo. Manual de Catequese e Oração: a tradição)	Versão de Isabel Vasco Costa (artigo de opinião: o presente)
<p>– Diálogo antes do consentimento: “[...] estais decididos a amar-vos e a respeitar-vos, ao longo de toda a vossa vida?”/ [...] “Estais dispostos a receber amorosamente os filhos como dom de Deus e a educá-los segundo a lei de Cristo e da Sua Igreja?”</p> <p>– União das mãos e consentimento: “Eu N., recebo-te por minha esposa/ meu esposo a ti N., e prometo-te ser fiel, amar-te e respeitar-te, na alegria e na tristeza, na saúde e na doença, todos os dias da nossa vida” (pp. 112-113).</p>	<p>“Quando estiveres doente, vou estar ao pé de ti e cuidar-te; quando tivermos filhos, educá-los-ei junto a ti; quando me zangar, tentarei acalmar-me e pedir desculpa; quando for rico, ou pobre, saudável ou doente, jovem ou velho, bonito ou feio... é sempre e só contigo que quero estar, porque fazes parte de mim. Sem ti sou menos eu, afasto-me da imagem que idealizei para mim; se o meu comportamento fugir desta imagem, diz-me, ajuda-me a ser eu”.</p>

Também neste caso se entende existir uma confiança por parte da cronista no papel da memória coletiva para a compreensão das mensagens. Com efeito, ao fazer a atualização deste legado, Isabel Vasco Costa terá procurado apresentar a sua leitura pessoal quanto ao ato matrimonial, mantendo, contudo, a capacidade de os leitores relacionarem a sua versão traduzida (inédita, do presente) com a oficial (conhecida, do passado). Percebe-se que, para Isabel Vasco Costa, as promessas mais importantes que um casal pode fazer no momento de dizer (voluntariamente) “sim”, continuam a passar pelo sentido de acompanhamento do outro (como patente no ritual). Há, no entanto, um destaque da doença em face de todas as restantes circunstâncias: “Quando estiveres doente, vou estar ao pé de ti e cuidar-te”; o ritual, por seu turno, fala numa relação estabelecida em termos mais genéricos: “na alegria e na tristeza, na saúde e na doença, todos os dias da nossa vida”. O respeito pelo outro também merece uma atenção especial da cronista, ao ponto de especificar o modo como, na prática, deverá ser demonstrado pelos cônjuges: “quando me zangar, tentarei acalmar-me e pedir desculpa”. No que se refere à educação dos filhos, Isabel Vasco Costa aborda a questão numa perspectiva mais pragmática: na sua opinião, nos tempos que correm, o mais importante não é a aceitação dos filhos enquanto um dom divino, nem o compromisso dos pais em transmitir os ensinamentos da fé às gerações seguintes, mas a ideia de uma educação ministrada em conjunto: “quando tivermos filhos, educá-los-ei junto a ti” – um sentido distinto deste outro expresso no ritual: “receber amorosamente os filhos como dom de Deus e [...] educá-los segundo a lei de Cristo e da Sua Igreja”. Com efeito, verifica-se que o respeito é o mais primordial num matrimônio, existindo várias ocorrências a corroborar este sentido, inclusive na humildade de se reconhecer os erros: “Sem ti sou menos eu, afasto-me da imagem que idealizei para mim; se o meu comportamento fugir desta

imagem, diz-me, ajuda-me a ser eu”. Mais uma vez, se encontra correspondência a argumentos do Papa Francisco, para quem a “sã relação com a criação” deve ser vista “como dimensão da conversão integral da pessoa”, o que “exige também reconhecer os próprios erros, pecados, vícios ou negligências, e arrepender-se de coração, mudar a partir de dentro” (PP. Francisco, 2015b, p. 165). Em suma, toda a interpretação que Isabel Vasco Costa deixa antever gira em torno da ideia de “um só corpo e um só espírito”, reforçada em passagens e expressões como “junto a ti” e “é sempre e só contigo que quero estar, porque fazes parte de mim”.

Em geral, verifica-se que, para essa autora, o património religioso foi uma importante fonte para a produção de textos próprios acerca de temas do seu interesse. Ao reescrevê-lo nas suas próprias palavras, Isabel Vasco Costa deixou claro um sentido de coletividade – i.e., de uma pertença comum, entre o interlocutor e os destinatários, a uma mesma linhagem crente – mas, igualmente, uma forte consideração pela Igreja (em geral) e pelo Papa Francisco (em particular) como referências morais a seguir. Os fundamentos que recolheu do legado da fé católica disseram sobretudo respeito às práticas da fé e a causas pontifícias no âmbito familiar. Se estas últimas foram retraduzidas em atenção às novas características da contemporaneidade, a referência a um preceito basilar da Igreja como a confissão serviu essencialmente como uma forma de lembrar aos leitores do presente que tal legado passado é atemporal, não devendo a evolução humana (física, mundana) abalar a vigência das práticas religiosas (espirituais). Em ambos os artigos, a alusão foi a principal estratégia de reescrita do património cultural religioso, notando-se uma prevalência em incluí-lo de um modo fluente na restante narrativa. Não se verificou um impacto da visita do Papa Francisco à sede das Nações Unidas nas reflexões de Isabel Vasco Costa sobre o mundo.

José Gabriel Ávila (Lajes do Pico, 1947)

- “Por um Novo Humanismo” (Diário dos Açores, 19.09.2015)
- “A Doutrina Social da Igreja e a Direita” (Diário dos Açores, 10.10.2015)

Pode-se dizer que José Gabriel Ávila é uma pessoa bem conhecida na esfera açoriana – e não apenas na ilha de São Miguel, onde o *Diário dos Açores* está sediado e é mais influente, - mas em todo o arquipélago, dado o fato de ter sido uma das “caras” da informação da RTP Açores no período entre 1980 e 2004. Igualmente contactado para este estudo (Ávila, 2018), destacou, entre as experiências profissionais mais relevantes, o papel de *pivot* na “emissão direta e ininterrupta” da visita do Papa João Paulo II aos Açores (a 11 de maio de 1991), assim como as entrevistas que realizou aos Presidentes da República Mário Soares e Jorge Sampaio. Os temas de religião e de política são-lhe particularmente relevantes, já o sendo antes mesmo de se ter tornado jornalista: em 1963, com 16 anos, colaborou com o semanário católico da ilha do Pico (de onde é natural) intitulado *O Dever* e tem o curso de Teologia, frequentado no Seminário de Angra do Heroísmo em pleno Concílio Vaticano II, onde contactou com docentes formados à luz dos princípios conciliares. Segundo disse em entrevista, manteve-se, desde então,

“atento à doutrina social da Igreja que, infelizmente, não é nem lida, nem pregada, nem aplicada pela hierarquia” (ibid.). Hoje, já reformado, tem procurado fazer “eco de documentos de João Paulo II e de Francisco, por reforçarem a visão conciliar que tarda e a necessidade da prática evangélica e da defesa dos direitos humanos, sobretudo das populações das periferias” (ibid.).

Comparativamente aos artigos publicados por Isabel Vasco Costa no *Diário dos Açores* no período em apreço, se nestes a recuperação do patrimônio religioso foi feita de modo subtil, numa integração da memória coletiva no discurso pessoal, já nos artigos de José Gabriel Ávila este legado está patente de forma explícita: sobretudo, por meio de citações de documentos oficiais da Santa Sé. Por tal motivo, se a análise da primeira cronista se orientou, essencialmente, no sentido de uma procura nas “entrelinhas” de indícios de retradução dos fundamentos do catolicismo (em geral) e das considerações do Papa Francisco (em particular), nos artigos de José Gabriel Ávila mostra-se mais importante procurar entender que mensagens da “ortodoxia católica” foram tidas em maior consideração por este autor e com que propósito comunicativo as selecionou.

A maioria das passagens citadas foi retirada da encíclica *Laudato Si'* (PP. Francisco, 2015b). O fato de serem, na sua maioria, longas, indica que terá atribuído uma importância considerável a esse documento, tomando as palavras do Papa Francisco como um espelho das suas considerações. A *Laudato Si'* representa, acima de tudo, um apelo à proteção do meio ambiente, enquanto uma parte da criação divina e, por isso, necessariamente ligado à vida humana. Com efeito, ao longo desse documento da Santa Sé existe um constante entrosamento entre o plano espiritual e o plano mundano, a mãe natureza e o ser humano, aquilo que foi dado e aquilo que foi produzido – e, indiretamente, entre bem e o mal (ibid.) No artigo publicado a 19 de setembro, de entre todos os conteúdos patentes nessa encíclica, José Gabriel Ávila (2015b) optou por citar passagens sobre⁸: (i) a responsabilidade da Igreja em agir contra a deterioração do ambiente (LS § 3); (ii) os danos causados pela mão humana ao planeta, fruto do uso irresponsável dos recursos criados por Deus, imprescindíveis à sobrevivência humana (LS § 2); (iii) a promoção do diálogo universal acerca da “casa comum” (LS § 3); (iv) a necessidade, por um lado, de que as esferas política e econômica ajam em serviço do bem comum e não se submetam “aos ditames e ao paradigma eficientista da tecnocracia”, e, por outro, que se desenvolva um sistema econômico-financeiro cumpridor de uma ética moral justa, que evite causar um impacto desnecessário no ambiente e desestabilizar as economias regionais (LS § 189); (v) a necessidade de uma reflexão responsável sobre os novos modelos de progresso e, portanto, “sobre o sentido da economia e dos seus objetivos” (LS § 194); e (vi) a necessidade de os governantes reverem a sua abordagem relativamente à (longa) crise financeira e combaterem fenômenos generalizados de corrupção, entre outras situações nefastas para as populações (LS, § 197). Verifica-se, assim, que os pontos nos quais o Santo Padre abordou questões de foro político e econômico com prejuízo para o bem-estar do ambiente e do ser humano (i.e. da “casa comum”) foram aqueles com os quais José Gabriel Ávila mais se identificou.

8 Os parágrafos indicados neste levantamento respeitam à *Laudato Si'* (LS), constando por ordem da respectiva apresentação no artigo de opinião em apreço.

Todos estes tópicos viriam a fazer parte do leque de preocupações manifestadas pelo Papa Francisco na ONU, a 25 de setembro. Porém, à semelhança do verificado em Isabel Vasco Costa, não só não existem referências a este evento no segundo artigo publicado por este cronista (a 10 de outubro), como não se notam indícios de que tenha influenciado a defesa das suas opiniões. Pelo contrário, a encíclica *Laudato Si'* manteve-se como a base dos argumentos, havendo, inclusive, uma passagem citada novamente: o ponto número 189, sobre a emergência de postulados políticos e económicos que atendam ao bem-estar do ser humano e do ambiente:

A política não deve submeter-se à economia, e esta não deve submeter-se aos ditames e ao paradigma eficientista da tecnocracia. Pensando no bem comum, hoje precisamos imperiosamente que a política e a economia, em diálogo, se coloquem decididamente ao serviço da vida, especialmente da vida humana. A salvação dos bancos a todo o custo, fazendo pagar o preço à população, sem a firme decisão de rever e reformar o sistema inteiro, reafirma um domínio absoluto da finança que não tem futuro e só poderá gerar novas crises depois duma longa, custosa e aparente cura. A crise financeira dos anos 2007 e 2008 era a ocasião para o desenvolvimento duma nova economia mais atenta aos princípios éticos e para uma nova regulamentação da actividade financeira especulativa e da riqueza virtual. Mas não houve uma reacção que fizesse repensar os critérios obsoletos que continuam a governar o mundo (LS, n. 189, p. 144).

A repetição da passagem indica que estas considerações do Papa Francisco foram especialmente importantes para que José Gabriel Ávila pudesse exprimir os seus pontos de vista – tanto numa ocasião pré-eleitoral, em que teceu críticas ao silenciamento desta encíclica sobretudo pelo próprio clero, como num momento pós-eleitoral, em que manifestou a sua posição contrária aos vencedores da direita partidária, considerando-os detentores de uma abordagem para com a sociedade que “não se [conforma] com o pensamento do magistério eclesial que defende o primado da Pessoa humana sobre o capital” (Ávila, 2015a, § 14). Para fundamentar esta última consideração, José Gabriel Ávila serviu-se de outros excertos da *Laudato Si'*, respeitantes a temas como: (i) a desigualdade entre os países ditos desenvolvidos e os países em desenvolvimento, logo o contrassenso de que aqueles que representam a maioria do planeta “permanecem frequentemente em último lugar”, excluídos (LS § 49); (ii) a exploração perversa destes países, que, apesar de possuírem “as reservas mais importantes da biosfera”, são controlados por um sistema desigual de trocas comerciais, igualmente responsável por uma forte dívida ecológica (que não é paga) (LS § 52); e (iii) a associação da degradação ambiental à degradação ética e humana, uma vez que tais ações dos países ricos tendem a ser, fundamentalmente, guiadas por interesses financeiros (LS § 56).

Fazendo-se um balanço, a seleção de conteúdos dessa encíclica por parte desse cronista concentrou-se nas mensagens iniciais, nas quais o Santo Padre explica os propósitos do documento e desta causa em particular; no capítulo primeiro, intitulado “O que está a acontecer à nossa casa” e especificamente no ponto “Desigualdade planetária”; e no capítulo quinto, a que Francisco designou “Algumas linhas de orientação e ação”, tendo o ponto “Política e economia em diálogo para a plenitude humana” encontrado maior eco em José Gabriel Ávila. No lado das omissões, os capítulos compostos por temas mais espirituais ou mais focalizados na condição humana (como “O Evangelho da Criação”, “A raiz humana da crise ecológica” ou “Educação e espiritualidade ecológicas”), assim

como outro mais específico e, de certo modo, explicativo do problema da degradação ambiental (“Uma ecologia integral”) não foram tão impactantes. Considera-se que a preferência pelos anteriores terá estado relacionada com os próprios motivos que o levam a incluir a tradição religiosa nas suas crónicas no Diário dos Açores. Como referiu:

Nos meus artigos de análise socio-política e religiosa, não dispo a camisola de cristão. Ao contrário cito a doutrina social da Igreja - minha matriz ideológica – porque, estou convencido, ela responde às situações com que se defronta a sociedade dos nossos dias seja em que domínio for (Ávila, 2018).

Assim, é possível considerar que o modo como José Gabriel Ávila transmitiu o património cultural religioso seguiu um sentido, de certo modo, “missionário”: analisar os domínios da realidade contemporânea à luz da tradição católica, apelando a uma consciencialização generalizada em prol de uma vida nas sociedades ditas desenvolvidas mais assente em princípios morais (i.e., na tradição cristã). Fáz-lo não apenas com base nos conhecimentos adquiridos na sua formação teológica, mas, igualmente, mediante a recolha de “provas” claras e precisas. Tal poderá justificar o fato de todos os excertos selecionados terem sido citados de forma bastante próxima da versão oficial deste documento em língua portuguesa, disponível no *site* do Vaticano. As (poucas) alterações existentes não comprometem o sentido dos conteúdos; antes, foram feitas no sentido de manter a fluência do discurso. Essa aproximação permitiu ao cronista dar a conhecer o tom crítico do Papa Francisco para com as esferas política e econômica, tal como expresso pelo próprio, e, ao mesmo tempo, reutilizar os argumentos do Santo Padre em defesa das suas próprias opiniões: quer acerca da esfera regional, quer daquela nacional e, igualmente, mundial.

Contudo, o esforço de José Gabriel Ávila de convencer os leitores (do presente) quanto à importância do legado da Igreja (passado) por meio de referências específicas teve em vista um objetivo último: que o bem comum e a “casa comum” possam vir a ser salvaguardados (no futuro). Isto mesmo se pode inferir dos seus artigos, por exemplo, quando afirma: “[s]e todos os homens de boa vontade, e sobretudo os crentes, refletissem, sem facciosismos partidários, sobre o momento presente da humanidade e de cada país em particular, acatariam a mensagem do Papa Francisco” (Ávila, 2015a, § 8), ou “[s]eria demasiado longa a citação do documento mais recente do atual Papa que, abordando questões ambientais de carácter universal, transmite orientações sobre como interpretar e agir neste tempo político que se vive em Portugal.» (id., § 13), ou, ainda, na esperança dos frutos a colher da iniciativa da diocese de Angra do Heroísmo – à qual pertence o contexto de chegada – de promover um encontro no sentido de elucidar a comunidade quanto aos princípios da encíclica *Laudato Si'*: “[o]xalá os eventos anunciados pelos Serviços Diocesanos de Apoio à Pastoral das Comunicações Sociais, denotem uma nova postura com vista à ‘construção de um novo humanismo e à mudança dos paradigmas dominantes.’” (Ávila, 2015b, § 15). Está, assim, patente a lógica de continuidade na retransmissão do património cultural religioso.

Em ambos os artigos existe uma interligação entre momentos temporais (passado, presente e futuro), entre contextos culturais (regional, nacional e mundial) e entre esferas da vida contemporânea (a sociedade, a política, a economia, o ambiente e a religião). Não

obstante, o que mais o caracteriza e distingue relativamente às reescritas de Isabel Vasco Costa é o intercâmbio discursivo organizado por José Gabriel Ávila no seu texto. Com efeito, para além da voz do Papa Francisco, sustentada na referida encíclica, também estão patentes citações de outros textos – a saber: a encíclica *Populorum Progressio*, do Papa Paulo VI (1967); a obra *Chaves de Leitura para o Aprofundamento e Aplicação da Encíclica “Louvado Sejas” do Papa Francisco*, de Viriato Soromenho-Marques (2015); e um guia de leitura sobre esta encíclica publicado na respetiva edição italiana, por Carlo Petrini (2015). Os excertos selecionados destas duas últimas referências – que representam uma intertextualidade que poderemos considerar “entre leigos” – foram, sobretudo, explicações sobre os propósitos desse texto do Papa Francisco: por exemplo, a perspetiva de Soromenho-Marques de que a *Laudato Si* “é uma encíclica destinada a frutificar por longo tempo, em muitos lugares, e em diferentes registos” – um argumento que José Gabriel Ávila associa ao fato de a mesma se reportar “ao maior desafio da humanidade: a crise global do ambiente” (Ávila, 2015b, § 7). De Carlo Petrini, o cronista retirou um discurso mais agressivo, conseguindo, assim, estabelecer uma ponte, por um lado, com a gravidade do fenómeno da degradação ambiental à escala global (e consequentes efeitos sobre a vida humana), e, por outro, com a crítica ao silêncio demonstrado pela Igreja açoriana sobre o documento papal em causa. Tal é visível logo quando Petrini afirma (e José Gabriel Ávila cita) que “[e]sta encíclica [...] é uma dura, mas objetiva tomada de consciência sobre a realidade da nossa casa comum, a Terra” ou quando apresenta o discurso do Papa Francisco como sendo “de uma lucidez profunda na análise do mal que temos feito às coisas e às pessoas, estabelecendo os nossos modelos de desenvolvimento de modo insensato, deixando que a nossa política se sujeite à economia e a economia à tecnologia”. (id., § 8). Já a visão de Paulo VI sobre o desenvolvimento dos povos serviu para corroborar a ideia (também defendida por Francisco) de que uma das formas de combater a pobreza passa por um reequilíbrio à escala mundial, sendo que “o supérfluo dos países ricos deve pôr-se ao serviço dos países pobres” e que se deve agir de modo a que “Os juros e a duração dos empréstimos [possam] ser organizados de maneira suportável a uns e a outros” (Ávila, 2015a, § 11).

Para além dessas referências intertextuais, também foram associadas menções aos pontífices Leão XIII e João XXIII – não a textos concretos, mas às iniciativas dos mesmos, de reflexão sobre o homem em sociedade e de promoção de uma consciência geral em prol da defesa da Terra. Essas alusões cabem, portanto, no domínio da interdiscursividade – ou metatextualidade, na aceção de Genette (1982, p. 4). No seu conjunto, esta inter-relação de vozes “do magistério” (dos Papas) e sobre o magistério (no caso de Soromenho-Marques e de Petrini) permite comprovar como a significação de um texto depende do modo como as várias camadas de sentido são conjugadas, resultando num sentido único: no caso, a visão do mundo atual como um lugar onde as “novidades” criadas pelo ser humano (em concreto, o sistema político e económico em vigor) estão a colocar em causa a divina (e histórica) criação.

Assim sendo, verifica-se, em José Gabriel Ávila, uma linha de pensamento bastante conforme. Com efeito, não apenas assume uma fonte primordial, nela se baseando para, como diz, “balizar as [suas] convicções” (Ávila, 2015a, § 6), como todas as restantes vozes que recolhe “giram” em torno desta referência. Além disso, os seus temas de eleição – a

atualidade política e religiosa – também se mantêm entre o conjunto das mensagens transmitidas pelo Papa Francisco – e mesmo após a ocorrência de um evento (à partida) de elevada importância internacional, como a visita do mesmo à sede das Nações Unidas. Acima de tudo, a fundamentação bibliográfica foi fundamental no processo de apresentação das opiniões pessoais desse cronista – o que, em última instância, terá tido um efeito igualmente didático: deu a conhecer aos leitores fontes a consultar para um aprofundamento das posições do Papa e da Igreja sobre a realidade sociopolítica (em geral) na era contemporânea. Comparativamente a Isabel Vasco Costa, a memória coletiva foi expressa por esse cronista de um modo sustentado em documentos precisos, enquanto a primeira autora desempenhou o papel de retransmissão patrimonial em associação a situações concretas do quotidiano.

Considerações finais

O desenvolvimento humano integral e o pleno exercício da dignidade humana não podem ser impostos; devem ser construídos e realizados por cada um, por cada família, em comunhão com os outros seres humanos e num relacionamento correto com todos os ambientes onde se desenvolve a sociabilidade humana [...] Ao mesmo tempo, os governantes devem fazer o máximo possível por que todos possam dispor da base mínima material e espiritual para tornar efectiva a sua dignidade e para formar e manter uma família, que é a célula primária de qualquer desenvolvimento social. A nível material, este mínimo absoluto tem três nomes: casa, trabalho e terra. E, a nível espiritual, um nome: liberdade de espírito, que inclui a liberdade religiosa, o direito à educação e todos os outros direitos civis (PP. Francisco, 2015f, pp. 4-5).

Essas palavras foram proferidas pelo Papa Francisco uma vez na Organização das Nações Unidas (ibid.). Nelas estão patentes várias das causas às quais o atual Sumo Pontífice da Igreja Católica mais se tem dedicado. Porém, os resultados que este estudo permitiu obter indicam que esse evento não terá surtido um impacto tão significativo como outros documentos pontifícios e da própria Igreja. No entanto, é interessante constatar que, num pequeno ponto do mundo, a grande voz do Papa Francisco teve eco e foi novamente ecoada – não só em matérias de natureza socio-religiosa, como a formação dos jovens, o matrimônio e a misericórdia divina; como em temas afetos aos efeitos nefastos do atual sistema capitalista sobre os “irmãos” Terra e ser humano.

No *Diário dos Açores*, foi possível encontrar, no período de um mês, dois autores com um percurso de vida bastante distinto, mas que partilha(ra)m uma vontade: a de retransmitir o patrimônio religioso da Igreja, da qual se sentem parte integrante e segundo a qual “balizam” as suas convicções. No entanto, o modo como o fizeram foi diferente. Em Isabel Vasco Costa, foi notória a prevalência de um discurso mais “livre”, confiante no sentido de coletividade entre si própria (enquanto emissor) e os receptores. Já em José Gabriel Ávila houve um forte sustento das suas considerações em documentos oficiais da Santa Sé, assim como a reunião de outras vozes, que, no final, o ajudaram a reforçar os seus pontos de vista. Em ambos os casos, a linha entre o passado, o presente e o futuro esteve, inegavelmente, patente – e, por tal fato, se crê ser possível considerar que esses artigos de opinião representam uma estratégia possível de expressão da memória coletiva e, sobretudo, de perduração da mesma entre o conjunto

dos leigos e “à maneira” dos leigos, à medida que a contemporaneidade vai assumindo novos contornos. Verifica-se que o Papa Francisco foi tido e retratado como uma referência moral no que aos “retoques” necessários à condução da vida diz respeito. No geral, a relação entre o sistema religioso e o subsistema da sociedade civil representado pela comunidade leiga açoriana que recebeu o “eco” da grande voz do Santo Padre e da Igreja estabeleceu-se, sobretudo, por meio de um sentimento de “missão”: um apelo feito de um modo mais próximo, porque num discurso “de igual para igual”, ao restante “rebanho” para se deixar guiar pelo “Bom Pastor” (Jo 10) – pastor este, que, alicerçado na tradição e nos postulados do passado, acredita que pode contribuir para as mudanças que, hoje, são necessárias, para que o mundo venha a ser um lugar melhor no futuro.

Todavia, para se ter uma noção mais precisa (i) do impacto das mensagens da Igreja, em geral, e do Papa Francisco, em particular, numa comunidade periférica como a açoriana; (ii) do contributo da mesma para a transmissão do património religioso no todo universal; e, por fim, (iii) dos contornos particulares como tal processo tende a ser desencadeado especificamente entre os leigos, não num contexto “tradicional” e privado, mas marcadamente social e público (a imprensa), e a propósito de temas peculiares do momento, seria pertinente aprofundar esta pesquisa, contemplando outros jornais do arquipélago. Seria interessante, também, comparar os resultados obtidos com a realidade nacional, tornando-se, assim, possível aferir a possibilidade de certos temas, mensagens ou eventos religiosos terem assumido um impacto diferente noutras regiões do país. Poder-se-ia, inclusive, incluir na análise artigos de opinião publicados por membros do clero e, assim, distinguir as perspetivas dos mais “entendidos” relativamente às daqueles que as interpretam de um modo mais pessoal e quotidiano. Por fim, um alargamento do período de análise poderia fornecer dados significativos para se poder determinar, com maior rigor, se a retradução das mensagens pontifícias e dos postulados “ortodoxos” eleitos pelos autores dos artigos de opinião foi, de fato, efetiva – uma situação passível de aferir, caso se venha a verificar uma referenciação dos mesmos de forma regular e prolongada no tempo, pois fará transparecer uma inculcação dos valores morais nos interlocutores e, portanto, um impacto dos textos (ou vozes) em questão no seio da comunidade leiga. Estar-se-ia, assim, a testar, na prática, o binómio transmissão-comunicação formulado por Régis Debray (2000, 2001): em que medida certos conteúdos da Santa Sé (ao invés de outros) foram veiculados no tempo e, por isso, realmente eficazes na perduração da memória coletiva.

Referências

ALVES, Herculano. *Bíblia Sagrada*: para o Terceiro Milénio da Encarnação. Fátima: Difusora Bíblica, 2005 (1965).

ÁVILA, José Gabriel. Entrevista, 30 set., 2018.

_____. A Doutrina Social da Igreja e a Direita. *Diário dos Açores*, Ponta Delgada, 10 out., 2015a, Opinião, p. 8.

_____. Por um Novo Humanismo. *Diário dos Açores*, Ponta Delgada, 19 set., 2015b, Opinião, p. 8.

BAKHTIN, Mikhail. *Estética da Criação Verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1997 (1979).

BASSNETT, Susan. *Translation: the New Critical Idiom*. London e New York: Routledge, 2014.

BENJAMIN, Walter. A Tarefa do Tradutor. In: BARRENTO, João (Org.). *Linguagem-Tradução-Literatura*. Lisboa: Assírio e Alvim, 2015 (1923), pp. 91-106.

CHESTERMAN, Andrew. *Memes of Translation*. Amsterdam; Philadelphia: John Benjamins, 1997.

COSTA, Isabel. Entrevista pessoal, 30 set., 2018.

_____. A Homilia. *Diário dos Açores*, Ponta Delgada, 19 set., 2015a, Opinião, p. 11.

_____. Retoques na Família? *Diário dos Açores*, Ponta Delgada, 10 out., 2015b, Opinião, p. 17.

_____. *Ao Toque do Sino*. São Paulo: Diel, 2007.

_____. *De Mãe para Filha*. São Paulo: Diel, 1996.

DAUDET, Alphonse. Le Curé de Cucugnan. In – *Lettres de Mon Moulin*. Paris: Morault, 2012 (1879).

DEBRAY, Régis. *Deus, um Itinerário*. Porto: Ambar, 2002.

_____. *Introduction à la Médiologie*. Paris: Presses Universitaires de France, 2000.

_____. Malaise dans la Transmission. In: *Les Cahiers de Médiologie: Communiquer/ Transmettre*, 1 (11), 2001, pp. 16-33. Disponível em: <<https://www.cairn.info/revue-les-cahiers-de-mediologie-2001-1.htm>>. Acesso em: 2/10/2018.

EVEN-ZOHAR, Itamar. The Position of Translated Literature Within the Literary Polysystem. In: *Poetics Today*, 11 (1), 1990 (1978), pp. 45-51. Disponível em: <https://m.tau.ac.il/~itamarez/works/papers/translation/Even-Zohar_1990--Position%20of%20TL.pdf> Acesso em: 26/10/2018.

FAIRCLOUGH, Norman. *Analysing Discourse*. London; New York: Routledge, 2004 (2003).

_____. *Media Discourse*. London: Hodder Headline, 1995.

GENETTE, Gérard. *Palimpsestes: La Littérature au Second Degré*. Paris: Éd. du Seuil, 1982.

HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990 (1950).

HERVIEU-LÉGER, Danièle. *O Peregrino e o Convertido: a Religião em Movimento*. Petrópolis: Ed. Vozes, 2008.

- _____. *Religion as a Chain of Memory*. Cambridge: Polity Press, 2000 (1993).
- HERMANS, Theo. Norms and the Determination of Translation: A Theoretical Framework. In: ALVAREZ, Román; VIDAL, M. Carmen-Africa (Org.) *Translation, Power, Subversion*. Clevedon: Multilingual Matters, 1996, pp. 25-51.
- _____. *Translation in Systems: Descriptive and System-oriented Approaches Explained*. Brooklands: St. Jerome Publishing, 2009 (1999).
- LEFEVERE, André. Translation: Ideology. In: BASSNETT, Susan; LEFEVERE, André (Org.) *Translation, Rewriting, and the Manipulation of Literary Fame*. London; New York: Routledge, 1992, pp. 59-72.
- LUHMANN, Niklas. *Cultural Memory in the Present: a Systems Theory of Religion*. California: Stanford University Press, 2013.
- MARTIN-LAGARDETTE, Jean-Luc. *Manual da Escrita Jornalística: Escrevo, Informo, Convenço*. Lisboa: Pergaminho, 1998 (1987).
- MIGUEL, Aura. *Conversas em Altos Voos: Encontros e Entrevista com o Papa Francisco*. Lisboa: Paulus, 2017.
- MORGAN, David. *Key Words in Media, Religion and Culture*. New York; Oxon: Routledge, 2008.
- MOSCATEL, Ana Cristina. *Diário dos Açores: uma Retrospectiva Histórica*. Ribeira Grande: Mnesis 9, 2002.
- N.A. *Viver em Cristo: Manual de Catequese e Oração*. Lisboa: Paulus, 2014.
- PETRINI, Carlo. Guia de Leitura. In: *Papa Francisco, Carta Encíclica Louvado Sejas*. Trad. Flora Misitano. Milão: Ed. San Paolo, 2015.
- P.P. Francisco. *Carta Encíclica Lumen Fidei*. Roma: Libreria Editrice Vaticana, 29 jun., 2013a.
- _____. *Carta Apostólica em forma de 'Motu Proprio' sobre a Prevenção e o Combate à Lavagem de Dinheiro, ao Financiamento ao Terrorismo e à Proliferação de Armas de Destruição em Massa*. Roma: Libreria Editrice Vaticana, 8 ago., 2013b.
- _____. *Carta Apostólica em forma de 'Motu Proprio' sobre a Aprovação do Estatuto da Autoridade de Informação Financeira*. Roma: Libreria Editrice Vaticana, 15 nov., 2013c.
- _____. *Carta Encíclica Evangelii Gaudium*. Roma: Libreria Editrice Vaticana, 24 nov., 2013d.
- _____. *Carta Apostólica em forma de 'Motu Proprio' Fidelis Dispensator et Prudens*. Roma: Libreria Editrice Vaticana, 24 fev., 2014a.
- _____. *Carta do Papa Francisco para o VIII Encontro Mundial das Famílias*. Roma: Libreria Editrice Vaticana, 9 dez., 2014b.
- _____. *Bula de Proclamação do Jubileu Extraordinário da Misericórdia Misericordiae Vultus*. Roma: Libreria Editrice Vaticana, 11 abr., 2015a.

_____. *Carta Encíclica Laudato Si'*. Roma: Libreria Editrice Vaticana, 24 mai., 2015a.

_____. *Carta Apostólica em forma de 'Motu Proprio' para a instituição da Secretaria para a Comunicação*. Roma: Libreria Editrice Vaticana, 27 jun., 2015c.

_____. *Carta Apostólica em forma de 'Motu Proprio' Mitis Iudex Dominus Iesus*. Roma: Libreria Editrice Vaticana, 15 ago., 2015d.

_____. *Carta Apostólica em forma de 'Motu Proprio' Mitis et Misericors Iesus*. Roma: Libreria Editrice Vaticana, 15 ago., 2015e.

_____. *Viagem Apostólica do Papa Francisco a Cuba, aos Estados Unidos da América e Visita à Sede da Organização das Nações Unidas: Discurso do Santo Padre*. Roma: Libreria Editrice Vaticana, 25 set., 2015f.

PP. João Paulo II. *Carta Encíclica Centesimus Annus*. Roma: Libreria Editrice Vaticana, 1 mai., 1991.

PP. Paulo VI. *Carta Encíclica Populorum Progressio*. Roma: Libreria Editrice Vaticana 26 mar., 1967.

SOROMENHO-MARQUES, Viriato. *Chaves de Leitura para o Aprofundamento e Aplicação da Encíclica Louvado Sejas do Papa Francisco*. Prior Velho: Paulinas, 2015.

SILVA, Vítor de Aguiar e. *Teoria da Literatura*. Coimbra: Livraria Almedina, 1967.

TEIXEIRA, Alfredo. *Patrimônio Religioso e Transmissão Cultural: Guia para o Estudo*. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, 2017.

Recebido: 11 de novembro de 2018.

Aprovado: 29 de novembro de 2018.